



ISSN: 1983-8379

Literatura e Projeto de Nação: de Lucia Miguel Pereira a Luiz Ruffato

Izaura Regina Azevedo Rocha¹

RESUMO: A fim de verificar a relação estreita entre projetos literários e política na literatura brasileira, o artigo se propõe a analisar a emancipação literária do país na visão da historiadora da literatura Lucia Miguel Pereira (1901-1959), que participou de um projeto nacionalista da elite intelectual do país entre as décadas de 30 e 50. O artigo também se debruça sobre a obra do escritor Luiz Ruffato, com a proposta de analisar a série *Inferno Provisório* como um projeto político-literário de revisão histórica e suplementação do cânone nacional.

Palavras-chave: Identidade Nacional; História Literária; Cânone

ABSTRACT: In order to verify the close relationship between literary projects and politics in the Brazilian literature, the article proposes to analyse the nation's literary emancipation in view of the literary historian Lucia Miguel Pereira (1901-1959), who has participated of a nationalist project between the years 30's and 50's. The article also focuses on the work of the writer Luiz Ruffato, with the proposal to analyse his *Inferno Provisório* series as a political-literary revision of history and a supplement of the national canon.

Key-words: National Identity; Literay History; Canon

Introdução

Segundo Pascale Casanova, “todos os espaços literários [...] foram dominados em algum momento de sua história” (CASANOVA, 2002, p.217), e a história da literatura tem sido, assim como a das revoltas políticas travadas nos *fronts* de batalhas reais, de “lutas incessantes, de contestações da autoridade e da legitimidade, de rebeliões, de insubmissões e até de revoluções [...]” (CASANOVA, 2002, p.217). Lutas que buscam subverter a ordem literária no cenário universal a fim de abrir caminho e reconhecimento para expressões “menores” de literatura. É nesse sentido que se considera a literatura brasileira aqui: no sentido político de que se trata ainda de uma expressão artística nacional carente de lugar e

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora



ISSN: 1983-8379

reconhecimento no sistema literário universal. O Brasil, a despeito de suas dimensões geográficas e de sua recente promoção a interlocutor político e econômico no cenário internacional, preserva um *status* de “pequena literatura” – como na concepção kafkiana – na medida em que enfrenta uma “relação estrutural e desigual com as ‘grandes’ literaturas” (CASANOVA, 2002, p.250).

Com o objetivo de verificar a aplicação do conceito à literatura brasileira e discutir a procedência de com ele identificar a produção literária nacional ainda nos dias atuais, este artigo se propõe, inicialmente, a analisar a emancipação literária do país na visão da historiadora da literatura brasileira Lucia Miguel Pereira (1901-1959). Um dos nomes mais representativos da crítica literária da primeira metade do século XX no Brasil, numa fase pré-acadêmica desta atividade intelectual no país, Lucia é autora de *Prosa de Ficção - História da Literatura Brasileira (De 1870 a 1920)*, lançado em 1950, e das biografias de Machado de Assis e Gonçalves Dias. Com essas três obras, participou diretamente de um projeto nacionalista que mobilizou a elite intelectual do país entre as décadas de 30 e 50 – a construção de uma identidade nacional moderna para o Brasil, projeto ao qual a história da literatura se integrava como elemento de contribuição fundamental para o imaginário da Nação.

Parte desse projeto envolveu o lançamento das chamadas *brasilianas*, empreendimentos editoriais que têm início nos anos 30, com o lançamento de coleções de estudos sobre o país, ensaios de interpretação que ambicionavam investigar a realidade nacional e assim renovar o conhecimento sobre a nação. *Prosa de Ficção* e as biografias de dois patriarcas da literatura brasileira, *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico* e *A vida de Gonçalves Dias*, foram publicados na coleção Documentos Brasileiros, uma das mais prestigiadas *brasilianas*, editada pela José Olympio. Para os objetivos e alcance desse artigo, serão considerados, entretanto, apenas a introdução da autora a seu volume de história literária, *Prosa de Ficção*, fundamental para se conhecer os princípios metodológicos e estéticos que orientaram a obra como construtora de um cânone para a jovem literatura brasileira, além de assinalar o seu “marco” inicial como expressão artística própria, autônoma. Como apoio, serão também analisados a seção do livro que trata de Machado de Assis e



ISSN: 1983-8379

artigos avulsos de Lucia sobre literatura e identidade nacional reunidos na antologia *A Leitora e seus Personagens*.

Em contraponto à discussão sobre a relação estreita entre projetos literários e política em nações dependentes em sua luta por emancipação, o artigo se voltará, numa segunda etapa, para o momento atual, tendo como objeto a obra do escritor mineiro Luiz Ruffato. A proposta é analisar a série *Inferno Provisório* como um projeto político-literário de revisão histórica e, talvez, de suplementação do cânone nacional, com a inclusão de vozes até então marginalizadas e identidades esquecidas, apesar do papel fundamental que exerceram no processo de modernização do país. Dessa forma pretende-se mostrar que, embora o Brasil ainda seja um país periférico na configuração literária internacional, internamente também enfrenta lutas que expressam a desigualdade das relações de força na sociedade. Essas lutas atravessam o campo literário nacional e contribuem, assim, para mostrar as fissuras de um projeto de Nação no contexto atual, como país emergente em um novo cenário político-econômico.

1. Nacionalização e politização do espaço literário

A partir da expressão “pequenas literaturas”, empregada por Kafka em seus diários ao apontar a “conexão com a política” de todas as literaturas nacionais emergentes, a pesquisadora Pascale Casanova aborda a particularidade das obras da periferia do universo literário, identificando a existência de mecanismos que parecem constituir um modelo universal e, portanto, trans-histórico, de estratégias dos campos literários nascidos de uma reivindicação de identidade nacional. As duas principais estratégias seriam a *assimilação*, isto é, “a integração, por uma diluição ou um desvanecimento de qualquer diferença original, em um espaço literário dominante”, e a *diferenciação*, ou seja, a “afirmação de uma diferença a partir sobretudo de uma reivindicação nacional” (CASANOVA, 2002, p. 221).

Como ressalta Casanova (2002, p. 229), a inexorabilidade da origem nem sempre é experimentada de forma negativa pelos escritores e constitui mesmo um motor da criação literária nos momentos de fundação nacional, em que a pátria emergente “é reivindicada como condição da independência política e da liberdade literária” (CASANOVA, 2002, p. 229). É



ISSN: 1983-8379

esse momento de politização do espaço literário de uma forma nacionalista o foco da abordagem proposta nesse artigo em relação à constituição de uma literatura “brasileira”, comprometida com a elaboração de uma identidade nacional. O objetivo é investigar a emancipação literária do país como parte do processo de emancipação política a partir da Independência em 1822, processo que se prolonga e se repensa na primeira metade do século XX, com os novos estudos de interpretação do país.

Segundo Casanova, a nacionalização é “um dos traços constitutivos das ‘pequenas’ literaturas. É até o traço “vivo”, a prova, de certo modo, do laço necessário que une, no momento das primeiras revoltas e das primeiras tentativas de dissimilação, literatura e nação” (CASANOVA, 2002, p. 234). É possível que uma politização do espaço literário seja uma característica da literatura brasileira até, pelo menos, a década de 80 do século XX, em razão seja da formulação de uma identidade nacional para o Brasil, seja da revisão dessa ideia de Nação no pós-ditadura. De um modo ou de outro, parece evidenciar-se certa “conexão com a política” nas estratégias assumidas pelos escritores brasileiros do século XIX, a partir do Romantismo, até o século XX, com a industrialização e a urbanização e, ainda, com Luiz Ruffato, especialmente, neste início do século XXI.

Nos períodos fundacionais das “pequenas” nações, os escritores assumem a tarefa de “instaurar uma especificidade inalienável, de fixar uma língua ou dar as chaves de uma cultura nacional única”, colocando a escrita “a serviço da nação e do povo” (CASANOVA, 2002, p. 236). Trata-se então de estabelecer “um panteão, uma história, ancestrais prestigiosos e fundadores” (CASANOVA, 2002, p.236). A luta que os mobiliza tem como alvo a conquista simultânea de duas formas de independência – a política e a literária. A primeira visa o reconhecimento político internacional como Nação, e a segunda pretende estabelecer uma língua nacional e popular:

Em um primeiro tempo, para liberar-se do domínio literário que vigora em escala internacional, os escritores das nações mais jovens devem apoiar-se em uma força política, a da nação, o que os conduz a subordinar, em grande parte, suas práticas literárias a embates políticos nacionais. Por isso a conquista da autonomia literária desses países passa a princípio pela conquista de uma independência política, isto é, por práticas literárias fortemente ligadas à questão nacional, portanto, não específicas. Só quando um mínimo de recursos e de independência política pôde ser



ISSN: 1983-8379

acumulado é que se pode conduzir a luta pela autonomia propriamente literária (CASANOVA, 2002, p. 238).

“Quando esta [a sociedade] ainda não possui fisionomia própria, quando tateia à procura de si mesma, precária se torna a tarefa do romancista”, diz a crítica e historiadora Lucia Miguel Pereira na Introdução a seu *Prosa de Ficção* (PEREIRA, 1988, p. 20). Diante da tarefa imensa de produzir uma história da literatura brasileira no período de 1870 a 1920 – portanto, de um pós-Romantismo a um pré-Modernismo –, a autora se arma do que chama de “relativismo histórico” para julgar a “literatura ainda incipiente” do Brasil nos anos abarcados por seu estudo crítico-historiográfico. Segundo argumenta, só um ponto de vista histórico, que considere as limitações culturais de uma sociedade como a brasileira da época, assegura o relativismo “imprescindível” na apreciação de sua vida literária:

Uma coisa é ler, por exemplo, *A Moreninha*, tomando como ponto de referência para o julgamento *Guerra e Paz*, isto é, baseando nele uma concepção estética do romance, da qual, embora descontadas as diferenças entre o ambiente cultural do Brasil e da Rússia, nos meados do século passado, resultaria grande desvantagem para o livro de Macedo, e outra percorrer a novela, tendo sobretudo em mente que foi, na verdade – já que haviam sido frustradas as tentativas anteriores – o primeiro trabalho de ficção empreendido num país de literatura balbuciante, sem modelos nem tradição (PEREIRA, 1988, p. 18).

O período de 1870 a 1920 foi, em sua avaliação, rico para a ficção tanto no Brasil quanto na Europa, mas numa “escala de valores diferente”. O autor brasileiro capaz de se medir com seus contemporâneos europeus, como Marcel Proust, Emile Zola, Fiodor Dostoievski e Eça de Queiroz, seria Machado de Assis – a quem Lucia reserva quase 50 páginas das cerca de 300 da obra – o único, segundo ela, a resistir a um exame puramente crítico de sua produção. “[...] a todos os outros, inclusive a Raul Pompéia e Lima Barreto, que mais de perto o seguiram, é indispensável o socorro do relativismo histórico” (PEREIRA, 1988, p. 19). Se foi fértil em termos meramente quantitativos na produção de ficção, o período foi, entretanto, pobre na qualidade do que saiu da pena de seus escritores – à exceção do já citado Machado – não apenas porque “não se pode esperar de um povo jovem grande riqueza



ISSN: 1983-8379

literária” (PEREIRA, 1988, p. 24), mas em função de “empecilhos de ordem social” (PEREIRA, 1988, p. 26).

Citando trecho de *Política e Letras*, de Tristão de Ataíde – “Quando os problemas elementares de uma nação ainda se acham em jogo, a arte é um artifício, uma exceção ou um esboço” (PEREIRA, 1988, p. 19), Lucia Miguel Pereira afirma que uma sociedade “sem estratificações profundas” como a brasileira daquele período inviabilizaria que um gênero como o romance atingisse “culminâncias” no país. A condição política é então um dos principais fatores a condicionar a vida literária no Brasil, assim como tem sido relevante em outros processos históricos e culturais de jovens nações.

Em “Ensaio de interpretação da literatura norte-americana”, publicado em 1943, Lucia Miguel Pereira afirma que, “nos Estados Unidos, como no Brasil, a literatura só começa, realmente, depois da Independência. Até então existiram apenas poetas e escritores ingleses e portugueses da América” (PEREIRA, 2005, p. 336). Embora tenha havido aqui um Gregório de Matos, argumenta a pesquisadora, esse, assim como o místico Roger Williams nos Estados Unidos, seria “as primeiras reações do espírito da América, do espírito de liberdade, contra a rigidez dos sistemas e dos quadros sociais. O libertário brasileiro foi o nosso primeiro lírico, o americano o primeiro democrata de sua terra” (PEREIRA, 2005, p. 336-337).

Para a pesquisadora, uma página bastaria para abarcar toda a literatura do período colonial, “pois mesmo os árcades mineiros – o nome da escola bastaria para indicá-lo – são pecos frutos da cultura europeia, mal aclimatados nos trópicos” (PEREIRA, 2005, p. 241). A emancipação literária, “entendendo a expressão dentro de um justo relativismo” – só seria relativamente alcançada com o Romantismo, como um resultado da emancipação política. Lucia destaca o manifesto de Gonçalves de Magalhães, publicado em Paris em 1836, como um documento que realiza a “declaração de nossa independência literária”, tendo influenciado poderosamente a segunda e grande geração romântica, “a dos primeiros escritores realmente brasileiros”, com sensibilidade e expressão brasileiras, que seguem de perto a proclamação da Independência (PEREIRA, 2005, p. 242).



ISSN: 1983-8379

Analisando o período de 50 anos entre 1870 e 1920, Lucia conclui que, apesar da pluralidade de caminhos observados, registra-se uma evolução da ficção brasileira nesses anos, enfim liberta de limitações de temas:

Foi esta a maior conquista da ficção durante os cinquenta anos aqui estudados. Conquista que, se espelha a evolução da sociedade, nem por isso significa menos a emancipação, a maioridade da arte, que passou a se reger por suas próprias leis – o que se deve sobretudo a dois homens vindos do povo, trazendo em suas veias o sangue negro: Machado de Assis e Lima Barreto (PEREIRA, 1988, p.31).

É Machado, entretanto, o grande nome da literatura brasileira para a historiadora Lucia Miguel Pereira, aquele a quem atribui efetivamente a emancipação da vida literária no país. É importante constatar que ela inicia a seção dedicada ao autor com a frase “Tem-se acusado Machado de Assis de ser pouco brasileiro” (PEREIRA, 1988, p. 59), com a qual investe contra uma crítica ainda desinstrumentalizada para julgar adequadamente um escritor excepcional como ele numa nação de literatura ainda titubeante. Nas páginas seguintes, Lucia vai argumentar que a genialidade do escritor, que fez dele uma “exceção no Brasil do século XIX” e até mesmo no século XX, estaria na universalidade de sua obra – universalidade, entretanto, que não o faria menos brasileiro que os românticos José de Alencar ou Joaquim Manoel de Macedo. Responsável, a partir da biografia sobre Machado que publica em 1931, pela renovação da crítica à obra machadiana nos anos 30, Lucia foi a primeira crítica a propor uma abordagem dialética entre o local e o universal em Machado de Assis.

A autora refere-se especificamente ao Machado da segunda fase, aquela inaugurada por *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em 1881, obra que o afastou da temática e do estilo romântico de seus romances da primeira fase, como *Helena*, *Ressurreição* e *A mão e a Luva*. A imensa novidade que representou o *Brás Cubas* impediu que seus contemporâneos o apreciassem devidamente, mostrando-se, crítica e público, mais impressionados com *O Mulato*, publicado por Aluísio de Azevedo no mesmo ano, que “[...] não só trazia um rótulo em moda [o naturalismo], como, parecendo revolucionário e de fato o sendo pelo tema, continuava a velha linha nacional de romances que encontravam na descrição de costumes o seu centro de gravidade [...]” (PEREIRA, 1988, p. 53).



ISSN: 1983-8379

Em *Prosa de Ficção*, Lucia Miguel Pereira se dedica a situar a obra de Machado no seu devido lugar, afirmando categoricamente que “a independência literária, que tanto se buscara, só com este livro foi selada”, por assinalar o alcance de um “estado de maturidade intelectual e social que permite a liberdade de concepção e expressão” (PEREIRA, 1988, p. 54). Se até então o que movia os escritores era a busca da existência do brasileiro – “um tipo humano nacional, diverso dos colonizadores” (PEREIRA, 1988, p. 34) – o que Machado realiza é o deslocamento desse tipo simbólico do elemento nativo para o essencialmente humano:

Criando personagens e ambientes brasileiros – bem brasileiros – Machado não se julgou obrigado a fazê-los pitorescamente típicos, porque a consciência da nacionalidade, já sendo nele total, não carecia de elementos decorativos. Aquilo que reputava indispensável ao escritor, “certo sentimento íntimo que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”, ele o possuiu inteiramente, com uma posse tranquila e pacífica. E por isso pôde – o primeiro entre nós – ser universal sem deixar de ser brasileiro. (PEREIRA, 1988, p. 54).

Para Lucia, a acusação de pouca brasilidade em Machado talvez se origine do fato de que ele “destoa da paisagem literária” de sua época (PEREIRA, 1988, p. 60). A pesquisadora especula que o descompasso entre Machado e os escritores seus contemporâneos no Brasil derivaria tanto de sua “intrínseca superioridade” quanto de “haver ele seguido o ritmo da vida política e social das classes dominantes, enquanto os outros se atrasavam, perdidos em busca do elemento típico” (PEREIRA, 1988, p. 68). O que a historiadora sugere nessas linhas é que o romantismo ainda vigente às vésperas da proclamação da República – mais de 60 anos após a Independência – era um movimento defasado em relação ao estágio de amadurecimento da nação. Machado de Assis seria, nesse sentido, um escritor melhor ajustado a seu tempo. Não exatamente um produto dessa transformação social ou dessa emancipação política, uma vez que ele é uma exceção – mas o escritor que melhor as representou em seus romances. O autor logrou alcançar um patamar de independência em relação a escolas literárias e realizou uma obra cujo valor atesta sua autonomia.

É essa autonomia, atingida por Machado em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, que faz com que Lucia Miguel Pereira considere o romance um divisor na história da literatura



ISSN: 1983-8379

brasileira. Para a historiadora, o livro alterou o panorama literário nacional, impondo uma revisão de valores daqueles que até então eram considerados nossos (restritos) monumentos literários – José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, Taunay e Macedo – por se tratar de uma obra realmente inovadora que, além de suas qualidades intrínsecas, denotava que o Brasil já contava, no fim do Segundo Reinado, com um “organismo social melhor definido” (PEREIRA, 1988, p. 55).

Tendo em vista a trajetória da literatura brasileira traçada por Lucia Miguel Pereira em seu *Prosa de Ficção* e nos artigos mencionados, é possível verificar, então, que um sentimento nacional mobilizava os escritores ainda no final do século XIX, embora um caráter *brasileiro* já pudesse ser atribuído às principais produções locais nas décadas posteriores à Independência. Esse caráter, entretanto, era definido exclusivamente pela temática, não representando nenhuma evolução ou revolução literária propriamente dita. Os escritores do romantismo brasileiro participaram de um projeto de construção de uma literatura nacional que se insere no movimento geral de buscar uma identidade própria para sua “pequena” e incipiente pátria. Esse sentimento nacional envolvia uma noção de pertencimento que perpassa uma unidade territorial – e, a partir dela, uma ideia de natureza e de um povo particular, único, diferenciado. Coube aos românticos a tarefa de, nessa pátria sem tradições e modelos culturais próprios, criar uma língua, inventar heróis e heroínas, construir um passado, ou seja, uma narrativa fundadora da nação. Exerceram, assim, o papel do escritor nas jovens nações – o do “escritor pedagogo e construtor de uma nação” (CASANOVA, 2002, p. 241). Nessa tarefa, enfrentaram dilemas e contradições, como o peso da influência europeia em suas formações literárias.

A politização da literatura pelo nacionalismo é então evidente e necessário e sinaliza, como afirma Casanova (2002, p. 235), o grau de dependência política do literário no Brasil até a penúltima década do século XIX. Lucia Miguel Pereira aponta, apropriadamente, a temática nacional ou popular – seja pelo indianismo, pelo regionalismo e pelo pitoresco – como um fator redutor da cena literária brasileira até então. Ao afirmar a emancipação literária do Brasil com Machado de Assis a partir de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, assinala exatamente a autonomia que o escritor alcança nessa obra, liberta de amarras



ISSN: 1983-8379

temáticas e inovadora em termos estéticos. Machado representaria assim a superação de uma etapa no processo histórico de construção de uma literatura nacional – e contribui efetivamente para ela no momento em que deixa de se subordinar à questão nacional. Isso acontece quando o Brasil já acumulava “um mínimo de recursos e de independência política” (CASANOVA, 2002, p. 238).

Contudo, como pretende-se demonstrar nesse artigo, o político ainda perpassa a literatura no Brasil, e o nacional ainda estará no centro das preocupações dos escritores brasileiros no século XX – quiçá no XXI. Talvez caiba dizer que aquela autonomia literária ambicionada pelos escritores e pela intelectualidade ainda é relativa no país, em função de ainda enfrentarmos uma invisibilidade no cenário literário internacional.

2. O projeto político-literário *Inferno Provisório*

Após despontar em 2001 com o premiado *Eles Eram Muitos Cavalos*, Ruffato se propôs a escrever uma pentalogia, a que chamou de *Inferno Provisório*, com o objetivo de traçar um painel do Brasil a partir da “modernização” dos anos 50, focalizando a passagem de um país rural para uma nação urbana. Mas seu principal interesse era que essa reflexão sobre o Brasil “moderno” fosse feita sob o ponto de vista da classe operária, ou seja, do trabalhador de classe média baixa, personagem, segundo Ruffato – um ex-torneiro mecânico formado no Senai – ausente da literatura nacional. Em entrevista a Heloisa Buarque de Hollanda, o autor explica como surgiu o projeto:

Fui programático também na descoberta do que escrever. E comecei a pensar o seguinte: "Bom, eu podia escrever sobre o que eu conheço". E comecei a procurar a minha realidade na literatura brasileira. E levei um susto. A literatura brasileira não tem uma tradição classe média baixa ou da operária. Só encontramos, no máximo, o pequeno funcionário. Lima Barreto trata a classe média baixa de uma maneira fantástica, mas também não é a classe média baixa que tem que bater cartão, digamos assim, ainda é o pequeno jornalista, o pequeno funcionário público. E eu comecei a perceber que talvez esse fosse um filão rico que eu poderia explorar, porque era um universo que eu conhecia muito bem. E, como projeto político, eu poderia dar uma contribuição neste sentido.²

² Disponível em: <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/?p=706>. Acesso em 03 set. 2007



ISSN: 1983-8379

Ao pretender reconstituir os últimos 50 anos de história brasileira, refletindo criticamente sobre a formação e a evolução da sociedade a partir da década de 1950 e os efeitos de uma urbanização acelerada e desagregadora sobre a identidade do sujeito, o que Luiz Ruffato realiza é uma leitura a contrapelo da história (DEALTRY, 2009, p. 4). A uma proposta de ambição totalizadora, o autor sobrepõe uma narrativa fragmentária, a exemplo do que realizou em *Eles Eram Muitos Cavalos*, que visa a romper com a unidade do romance como gênero literário. Para o autor, a forma que deveria tomar o projeto não era pura questão estilística, mas uma imposição do próprio tema de sua obra. Tendo em vista as origens burguesas do romance, sua história da classe operária deveria ser um “antirromance”, expressão com a qual define *Eles Eram Muitos Cavalos* e que se aplica também à pentalogia *Inferno Provisório*, que segue de perto o modelo formal do maior sucesso de Ruffato.

Iniciada em 2005, com *Mamma, Son Tanto Felice*, e encerrada em 2011 com *Domingos Sem Deus*, a série de cinco livros é formada por histórias autônomas que podem ser lidas fora de sequência, como se fossem contos, mas que “dialogam” entre si, seja com outras histórias na mesma obra, seja com narrativas de qualquer dos cinco títulos. Um mesmo personagem pode ser protagonista em uma história e aparecer como figura secundária em outra, ou ser visto em momentos diferentes de sua história de vida – em parte, através de recordações. O resultado não é um épico do operariado brasileiro no sentido tradicional, com começo, meio e fim, mas uma saga em desconstrução, de cuja leitura não emerge um relato monumental e heroico da classe trabalhadora, mas os destroços de vidas humildes, ruínas de sonhos e ilusões, cacos de trajetórias infelizes.

Como o Anjo da História em Walter Benjamin (1996), o olhar ruffatiano sobre o passado brasileiro recente desvela apenas a catástrofe de uma parcela da sociedade. Não se vê uma cadeia de acontecimentos – apesar de a cada volume de *Inferno Provisório* corresponder certo período da história contemporânea no Brasil, mesmo que de forma livre e aberta, não rigorosamente definida, linear, cronológica, e nem claramente declarada. Episódios ou momentos da História oficial do país não são identificados, mas o autor mostra sua sombra



ISSN: 1983-8379

sobre seus personagens deserdados. Lá estão o êxodo do campo para a cidade e os processos de urbanização e industrialização nos “50 anos em 5” de Juscelino Kubitschek, a formação de uma classe operária, o “milagre econômico” da ditadura e o inchaço da cidade grande. Mas tudo é visto e sentido por aquele personagem que compõe a massa anônima do rodapé da História.

A memória, refúgio último de todos que buscam um sentido para sua existência, exerce um papel fundamental na pentalogia – assim como em toda a obra de Luiz Ruffato – mas mesmo ela se revela precária tentativa de construção de uma história de vida. Não há volta para o lugar de origem, fundamental na construção da identidade do sujeito: o reencontro com esse território geográfico e afetivo é sempre dramático, frustrante ou impossível.

Entre as memórias dos personagens e a memória de toda uma classe social, *Inferno Provisório* realiza o entrecruzamento da ficção com a história. O projeto político-literário de Luiz Ruffato, desde *Eles Eram Muitos Cavalos*, é uma tentativa de “[...] ‘salvar’ do cancelamento da memória e da história coletiva, resgatando identidades, ou fragmentos de identidades [...]” (MEIRELLES, 2007) desses personagens invisíveis à sociedade. “Meus personagens não têm uma biografia”, diz o autor, que vê o escritor como um “mediador entre a memória coletiva e o leitor” (RUFFATO, 2011, p. 4). Ruffato pretende, portanto, que *Inferno Provisório* seja a memória desses seres invisíveis.

Pode-se dizer que o projeto alcança o seu intento na medida em que joga luz sobre uma classe social esquecida pela história oficial, além de trazer à baila a problemática da migração interna, ou seja, dos movimentos de deslocamentos territoriais dentro das fronteiras do estado-nação, que podem constituir, segundo Grimson, processos problemáticos até mais importantes que as migrações internacionais – e um exemplo disso seria exatamente a dos deslocamentos provocados pelos processos de urbanização na América Latina (GRIMSON, 2011).

De acordo com Sayad (1998, p. 16), a imigração é um “fato social total” (ou seja, “falar da imigração é falar da sociedade como um todo”, em sua dimensão diacrônica, em



ISSN: 1983-8379

perspectiva histórica, e em sua extensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes da sociedade e de seu funcionamento). Considerando-se então que todo o itinerário do imigrante é “um itinerário epistemológico” entrecruzado por inúmeras disciplinas (história, geografia, economia, sociologia, psicologia, antropologia) e que, ainda assim, enfrenta-se a “indigência da ciência desse objeto” (SAYAD, 1998, p. 21), é passível e justo incluir nesse rol de disciplinas a literatura como um instrumento de conhecimento do sujeito migrante e desse fenômeno social.

De certa forma, *Inferno Provisório* é uma “biografia reconstituída” (SAYAD, 1998, p. 21) desse operário de classe média baixa que se desloca pelo território nacional em busca de melhores oportunidades de trabalho e vida. Sem reduzir o seu valor literário propriamente dito, antes o contrário, a pentalogia de Ruffato contribui para preencher as lacunas relativas a esse objeto, quer por inseri-lo como personagem na tradição literária do país, quer por inaugurar um imaginário a seu respeito. Ao fazê-lo, o projeto, apesar de ambicioso, oferece não mais uma narrativa de glórias da nação, mas do trágico que está por trás do projeto desenvolvimentista e modernizante do Brasil. Assim, sua proposta de revisão da história pelo ponto de vista do operariado resulta numa espécie de “sociologia do pequeno” (SAYAD, 1998, p. 21) que, através das estratégias ficcionais do autor – suas opções estilísticas e formais – investem contra qualquer possibilidade de um “grande relato” sobre a classe operária. Dessa forma, ressalta as fissuras no projeto de nação, pois denuncia a exclusão a que foi submetida toda uma classe social.

Conclusão

Através dos textos de Lucia Miguel Pereira, é possível ver como a literatura brasileira se insere no modelo de percurso cumprido pelas “pequenas literaturas”, com sua opção, no caso, pela diferenciação, isto é, pela elaboração de uma literatura nacional como parte do processo de construção de um projeto de nação. O papel da literatura e da história literária nesse processo – e sua decorrente conexão com a política – se estende ao século XXI com um ousado projeto de revisão da história e, por conseguinte, da história da literatura. *Inferno Provisório* representa uma politização sob a forma nacional, não nacionalista, do



ISSN: 1983-8379

espaço literário brasileiro contemporâneo. Aliada a sua ousadia formal, essa ambição do projeto político-literário contribui para a repercussão positiva da pentalogia entre a crítica acadêmica e jornalística, evidenciada pelas dissertações e teses que se multiplicam em torno de sua obra e pela projeção do autor na mídia. Ela é responsável por fazer da questão nacional e política um dos embates centrais do ambiente literário atual no país, o que se torna ainda mais relevante no contexto atual de ascensão do Brasil no cenário econômico global.

Isso também denota a autonomia relativa da literatura no Brasil (não é proposta desse artigo discutir outras questões indicativas disso, como a da “língua menor” ou da estética realista, com a qual também pode ser identificada a pentalogia *Inferno Provisório*). Embora fazendo a leitura “a contrapelo” da história brasileira, Luiz Ruffato não deixa de atuar como um “porta-voz” do povo, ao menos dessa parcela silenciosa e ausente da história oficial. No momento em que a nação amadurece política e economicamente com governos populares – em que há uma celebrada ascensão social da classe C – Ruffato e seu projeto político-literário contribuem para a revisão da história desse país, para a discussão e conscientização de suas desigualdades e injustiças, debate relevante nessa hora em que o Brasil se insere acentuadamente no sistema capitalista-financeiro internacional. Desse modo, também ele age como um “escritor pedagogo e construtor de uma nação” (CASANOVA, 2002, p. 241). Em Ruffato, portanto, cruzam-se o poeta e o historiador, o poeta e o sociólogo desse “pequeno” objeto que é a classe média baixa, o sujeito operário-migrante.

Referências

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: *Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL, Ubiratan. Luiz Ruffato e o Sonho do Paraíso na Metrópole. *Cultura*, 08 out. 2008. *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: < www.estadao.com.br/cultura >. Acesso em: 28 dez. 2011.

CASANOVA, Pascale. As Pequenas Literaturas. In: *A República Mundial das Letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.



ISSN: 1983-8379

CERQUEIRA, Rodrigo da Silva. *Estamos Sempre Indo Pra Casa: breve análise do Inferno Provisório, de Luiz Ruffato*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários)- Universidade Federal de Juiz de Fora.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka, Para uma Literatura Menor*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

FRANZINI, Fabio. *À Sombra das Palmeiras – A Coleção Documentos Brasileiros e as Transformações da Historiografia Nacional (1936-1959)* Tese (Doutorado em História)- Universidade de São Paulo. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15052007-151220/pt-br.php>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

FROTA, Cissa. *Luiz Ruffato e o Artifício da Palavra*. Disponível em: <<http://www.cronopios.com.br/site/artigos.asp?id=4427>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

GRIMSON, Alejandro. *Doces Equívocos sobre Las Migraciones*. *Revista Nueva Sociedad*. No 233. Maio-Junho de 2011. Disponível em: <www.nuso.org>. Acesso em: 30 mai. 2012.

DEALTRY, Giovanna. *Cidades em Ruínas: a história a contrapelo em Inferno Provisório, de Luiz Ruffato*. *Estudos de Literatura Contemporânea*. Nº 34. Brasília, julho-dezembro de 2009. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/DealtryGiovanna.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MEIRELES, Cecília apud OLIVEIRA, Vera Lúcia de. *Eles eram tantos corações, corpos, consciências*, In: *Uma Cidade em Camadas: ensaios sobre o romance Eles eram muitos cavalos de Luiz Ruffato*. Harrison, Marguerite Itamar (org). Editora Horizonte, 2007.



ISSN: 1983-8379

PEREIRA, Lucia Miguel. *A Escritora e Seus Personagens*. Rio de Janeiro: Graphia, 2005.

_____. *Prosa de Ficção: História da Literatura Brasileira (de 1870 a 1920)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

RUFFATO, Luiz. *Mamma, Son Tanto Felice*. Rio de Janeiro: Record, 2005a.

_____. *O Mundo Inimigo*. Rio de Janeiro: Record, 2005b.

_____. *Vista Parcial da Noite*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. *O Livro das Impossibilidades*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. *Domingos Sem Deus*. Rio de Janeiro: Record, 2011a.

_____. *Até aqui, tudo bem! Água da Palavra Revista de Literatura e Teorias*. Número 3. Março, 2011b.

_____. *Palco, Juiz de Fora*, ano 3, n. 21, set. 2011. *Diálogos Abertos*, p. 3.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou Os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.